



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil  
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013  
ISSN 1982-3657



**Educação brasileira e os desafios da abordagem de adolescentes usuários de álcool e outras drogas - aspectos históricos e dificuldades atuais.**

Marissol Lourenço Hermann Teixeira[1]

Francisco Prado Reis[2]

Michael Hermann Garcia Teixeira[3]

Resumo

O uso de álcool e outras drogas têm aumentado entre estudantes do ensino médio desde a década de 1980. Educadores brasileiros deparam-se com frequência cada vez maior com situações relacionadas a esse consumo nas escolas. A discussão sobre formas de lidar com alunos em sofrimento psíquico pelo uso de substâncias psicoativas e sobre a necessidade do estabelecimento de uma linguagem adequada que possa interessar adolescentes é importante para gerar reflexão sobre tema tão relevante e para auxiliar elaboração de estratégias de prevenção . O presente trabalho é uma revisão bibliográfica sobre consumo de drogas entre adolescentes nas escolas brasileiras, utilizando o referencial sobre a constituição histórica da educação brasileira, e como o educador estruturou-se ideologicamente, qual seu papel hoje, e como pode protagonizar ações sobre álcool e outras drogas.

Abstract

The use of alcohol and other drugs among high school students has been increasing since 80ths. Brazilian educators, each time more frequently, have been facing consequences of this phenomena. Discussions about finding ways to deal with students in mental suffering, in consequence of drug abuse and about the necessity of creating an adequate language, wich can be interesting to adolescents, are important to induce reflexions about such a relevant subject and to collaborate in the construction of strategies for prevention. This study is a revision about drug use among brazilian high school students. References about historic constitution of brazilian education and how the educator's ideology has been built are used, in order to realize the teacher's whole nowadays and how they can protagonize prevention 's actions about alcohol and other drugs.

**Introdução: Drogas e o desafio da Educação como política.**

**O consumo de drogas e substâncias psicoativas vem desde os primórdios da sociabilidade primária, porém seu aumento foi exponenciado pela ampliação do Estado capitalista,**

principalmente na era dos monopólios, que ainda se materializavam, mas não se conformaram na agenda pública como parte das refrações fenomênicas da 'questão social', pois não eram colocadas como causas primordiais do absentismo. A partir da década de 1990, as políticas sociais se conformam como instrumento-mor privilegiado na ação potencializada naquilo que se configuravam as desigualdades sociais (IAMAMOTO, 1998, MONTAÑO, 2008). A Educação como política setorial e inter-setorial, só foi visualizada por muitas profissões de maneira tardia, excetuando aqueles profissionais que ingressavam apenas no exercício docente. Segundo Garcia (2013), coloca que a Educação não é vista como parte dos "salários indiretos" que auxiliassem na reprodução e legitimação do próprio capital. Constituem-se como parte do trabalho reprodutivo, e material que, no caso das políticas públicas, redistribuem a mais valia agregada socialmente através dos serviços sociais (GARCIA, 2013:22).

**Mas a Educação, no caso brasileiro, segundo Oliveira e colaboradores (2010) coloca que a protogênese da institucionalização da profissão docente no Brasil no período pombalino, onde o mesmo território (brasileiro) se constituía parte do Reino, que configurava em um projeto de construção de uma nação civilizada e miscigenada, sob o lastro da difusão da "Língua do Príncipe"[1]. O mesmo autor – em parceria de seus co-autores – coloca que com o Alvará de 28 de junho de 1759 que denota**

**(...) a educação passou oficialmente a ser gerida pelo Estado, que por sua vez tornou-se responsável por controlar a seleção e a carreira dos professores, institucionalizando assim a profissão docente. (OLIVEIRA et al, 2010: 66).**

**Diferente de Azevedo (199) que descreve o período pombalino como um recorte temporal de "trevas", um "hiato" para o processo de conformação da educação, e subseqüentemente, a cultura brasileira:**

**Entre a expulsão dos jesuítas em 1759 e a transplantação da corte portuguesa para o Brasil em 1808, abriu-se um parêntese de quase meio século, um largo *hiatus* que se caracteriza pela desorganização e decadência no ensino colonial. (AZEVEDO, 199: 545).**

**O mesmo autor – pioneiro escolanovista brasileiro – ainda coloca que os colégios jesuítas tinham a função, dentro da colônia, de difusão de uma cultura "franca" e genuína; que mesmo com a expulsão da Companhia de Jesus em todo o Reino e suas possessões ultramarinas, e depois das reformas pombalinas, as construções jesuíticas – bem como outras ordens religiosas que ficaram – retroalimentaram o seu legado (AZEVEDO, 199).**

Mesmo com o processo de modernização da educação desde os anos 1920, cujo sistema escolar se adaptava às exigências de um projeto societário que configurava uma nova nacionalidade, a fábrica torna-se alvo e paradigma da escola e da sociedade, com o objetivo primaz de um controle social, carregado pela concepção da assepsia, moralização do espaço urbano e na convivência harmoniosa entre as classes sociais (CARVALHO, 1998). Mesmo na Era Vargas, a inserção dos "novos agentes sociais" se dar de modo auxiliar, via política de assistência, os processos de educação para os trabalhadores, trabalho junto às famílias, enquadrando-os na esfera da reprodução social, prevenindo o absentismo e desajustamentos. Pode-se colocar como exemplo, segundo o que já foi citado por Carvalho e Iamamoto (1998), a consolidação do Sistema "S"[2], como um braço privado do controle social da massa de trabalhadores, auxiliando não só no campo da saúde do trabalhador, lazer e assistência familiar, bem como na continuidade da educação profissional de sua clientela. Práticas que consolidam a higiene moral, a assepsia e a organização racional do trabalho, fizeram parte do cotidiano destes profissionais – ditos auxiliares da educação e agentes da assistência – que corroboravam seus objetivos, com os demais

intelectuais (e por não dizer nas elites dirigentes) que pensavam a educação, nos projetos de homogeneização cultural e de higienização moral aliada à conformação de uma nova nacionalidade, mesmo atrelado ao lastro confessional (CARVALHO, 1998; IAMAMOTO e CARVALHO, 1998).

Embora a perspectiva da educação nos anos 1930, era a perspectiva da nova classe que se consolidava no poder: a burguesia subalterna, que entendia o não acesso à escola como um resultante de desigualdades e, subsequentemente, de *marginalização social*, tendo a existência marcante de grande contingente de analfabetos. Delega-se à escola o papel de difusão da instrução e do conhecimento acumulado pelo homem, promovendo a *equidade*. Dessa forma, a escola centralizada na figura do professor, não consegue dar conta de seus objetivos primordiais, devido aos índices importantes de evasão. (SAVIANI, 1997). As duras críticas ao modelo 'arcaico' denominado *Escola Tradicional*, fez surgir dentro do grupo de intelectuais ligados à educação uma nova proposta de reforma no ensino baseados nas idéias dos educadores norte-americanos John Dewey e seu discípulo Kilpatrick, acompanhando de outros referenciais como Thorndike e Fauconett, denominado movimento da **Escola Nova**. Tal movimento alicerçava-se nas necessidades de uma industrialização nascente e crescente, que precisava de uma nova educação que deveria ser a reação sistemática contra a velha estrutura oligárquica já ultrapassada. Este movimento reivindicava uma ação mais decisiva do Estado ampliado em prol da educação pública, gratuita e obrigatória (TOLEDO, 1995; SAVIANI, 1997).

Mesmo com todo avanço da Educação como política pública, fator demarcador de desigualdades, o uso abusivo de drogas, bem como outras refrações fenomênicas[3], se consolidaram como um dos desafios da Escola – como unidade reprodutiva, material e imaterial da política educacional – que não consegue responder sozinha a esta demanda, onde o fracasso desta política no trato de tal refração é colocada no âmbito moral e individual, colocado sob a responsabilidade de seus trabalhadores.

O consumo de substâncias psicoativas acompanha o homem desde os primórdios. Nos dias atuais, ganha nova roupagem, através do fenômeno do *crack*, droga psicoestimulante com alto poder de causar dependência. A violência relacionada ao tráfico é crescente e a promessa de dinheiro rápido para satisfazer necessidades consumistas ou até mesmo para garantir acesso a droga tem seduzido crianças e adolescentes que transferem para o traficante a antiga figura do herói das revistas em quadrinhos. Como esse "Batman" as avessas que tem, muitas vezes, prestígio de rei costuma ser indivíduo de baixa escolaridade, torna-se um desafio para o educador motivar para o aprendizado.

Sabe-se que a maioria dos usuários de álcool e outras drogas tem seu primeiro contato com essas substâncias na adolescência. Ao mesmo tempo, evidências sugerem que quanto mais precoce esse contato, maior o risco de dependência e complicações psíquicas (MURRAY e cols, 2007). Há fatores de proteção, que, quando presentes, preenchem a vida dos adolescentes, deixando pouco espaço para as drogas. Entre esses fatores, estão as relações familiares e a visão da escola como um lugar positivo (SHENKER e MINAYO, 2008). Dessa forma, o papel da escola e do educador é de enorme importância no aspecto preventivo da saúde mental de crianças e adolescentes, no que concerne ao consumo de drogas.

Por outro lado, professores lidam com frequência cada vez maior com adolescentes usuários de drogas e, muitas vezes, envolvidos com tráfico. Deparam-se com o desafio de motivá-los e mantê-los freqüentando o ambiente escolar. Vêm-se diante de situações frustrantes, violentas e, aquecedoras. Escolas públicas, principalmente em bairros de periferia de regiões metropolitanas tornam-se ambientes insalubres para o trabalho do professor.

Lidar com o usuário de drogas pode ser desafiador simplesmente pela carga de séculos de associação do doença mental com o malfeitor, desde a Idade Média. É fácil não empatizar com esses indivíduos, que tanto perturbam e dificultam o trabalho em sala de aula, muitas vezes deixando claro o desinteresse e o desdém pelo aprendizado regular. O rótulo de "bandidos incorrigíveis" parece cair bem a tal tipo de aluno, porém, trás novamente o risco da generalização.

Para compreender melhor o papel e a visão atual do professor no Brasil, é importante saber as bases

históricas da educação brasileira.

O estudante, até a década de 30, no Brasil, retratava sua raiz etmológica ; "sem luz". A partir de então, com o advento da "escola nova", passou a ser importante que o professor tivesse conhecimento e que também soubesse transmiti-lo. O conceito de aprendizado torna-se, então, mais consistente. Porém, somente a partir da década de 80, iniciou-se a discussão sobre a necessidade de uma formação mais ampla e integral. Somente então o aluno passou a ser visto como um indivíduo a ser incentivado.

Durante a história brasileira, os professores têm sido treinados a manter o foco no conteúdo, aumentando a dificuldade e lidar com dissonâncias. O aluno usuário de drogas pode ser desafiador, frustrante e adoecedor. Porém, está cada vez mais presente na salas de aula , com toda sua carga de questões biopsicossociais a serem enfrentadas . A presente revisão de literatura pretende discutir tais experiências no Brasil.

### **Método: o percurso do estudo.**

Metodologicamente, em uma perspectiva e abordagem marxiana, tanto nos dados quantitativos como qualitativos – utilizando da lógica quanti e quali na dimensão dialética – analisou-se não só as referências bibliográficas que denotam a configuração ideológica do professor no Brasil e sobre experiências brasileiras em problemas relacionados ao consumo de álcool e outra drogas por estudantes do ensino fundamental e médio; mas relacioná-la historiograficamente a Educação como política de Estado.

O objetivo geral do trabalho é, através de revisão de literatura, avaliar a experiência de professores (e demais trabalhadores da Educação – como política de Estado) lidando com situações de alunos usuários de álcool e outras drogas. Especificando tais objetivos, através das bibliografias pesquisadas: (a) auxiliar na elaboração de estratégias de enfrentamento às situações relacionadas ao álcool e outras drogas nas escolas; (b) auxiliar na sugestão da elaboração de políticas públicas para a prevenção do uso de álcool e outras drogas entre estudantes do ensino fundamental e médio.

A relevância do trabalho em questão é justificada pelo aumento de problemas e dificuldades relacionadas ao consumo de álcool e outra drogas nas escolas, gerando necessidade de discutir experiências para elaborar sugestões de prevenção e abordagem das questões já estabelecidas.

Além disso, faz-se importante contextualizar historicamente o papel do educador brasileiro, a fim de compreender como o professor configurou-se ideologicamente e como é preparado hoje para enfrentar desafios concernentes a questões biopsicossociais que exigem interferências interdisciplinares.

### **Desenvolvimento: a tríade – drogas, consumo e educação.**

O uso de substâncias psicoativas acompanha a humanidade em diferentes sociedades desde os primórdios (TAVARES e cols., 2001). Porém, o contexto que cerca esse uso é variável conforme a cultura. O uso religioso, por exemplo, como a *Ayusca* na América do Sul, usada em rituais xamânicos ancestrais e em novas seitas, como o *Santo Daimé* (OLIVEIRA, 2011); e o uso social, já presente no antigo Egito, aonde fumar haxixe era aceitável e comum. Na atualidade, o consumo de álcool e outras drogas assume roupagem social violenta, associado a vulnerabilidade socioeconômica e inclemência do tráfico, que é responsável por crimes, mortes e, principalmente, pela disseminação da cultura do medo. É importante não dissociar o uso de álcool e outras drogas da realidade de vida de seu usuário para obter-se uma visão mais precisa a respeito do fenômeno, em seus aspectos biopsicossociais.

A concepção dos adolescentes e jovens quanto ao termo "trabalho" se relaciona aos termos "sustento", "castigo" ou "utilidade". Não colocam o termo proposto, quando são entrevistados nos serviços de

assistência social e de saúde mental, como algo que os identificam como seres e atores sociais. E todos – sem exceção – inclusive aqueles que já se desligaram dos programas e serviços de tais políticas setoriais[4], ainda não conseguiram ingressar formalmente no mercado de trabalho local e nem prosseguir com os estudos no sistema oficial de ensino. Embora, ambas políticas sociais possuam em seus objetivos o preparo e o ingresso para o mercado de trabalho, há uma boa distância daquilo que é proposto daquilo que é feito. Políticas setoriais que possuem o público elegível para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social ainda não desvincularam de uma matriz teórico-metodológica o dueto educação-trabalho, onde tais elegíveis oriundos das classes subalternas, mesmo aqueles que estão cumprindo medidas protetivas e socioeducativas ou encaminhados pelos CAPS iA/AD, não conseguem entrar nos recortes desiguais do trabalho periférico integral e parcial; engrossando os filões do desemprego estrutural.

Vive-se um momento em que a idéia de “trabalhar” para o tráfico insere-se perfeitamente no contexto de necessidades consumistas globalizadas. O adolescente vulnerável socialmente, habituado a vicissitudes, vislumbra a possibilidade de realização e empoderamento, de forma a trazer respostas rápidas, com a associação com o tráfico (CANOLETTI e SOARES, 2005). A poderosa figura do traficante torna-se uma espécie de ídolo vingador, novo ideal de sucesso. Já não é novidade a presença de meninas (adolescentes e jovens) em comunidades, aceitando e usufruindo do *status* de namoradas de traficantes. É difícil tornar atraente o árduo caminho do estudo regular e trabalho, diante de possibilidades tão imediatas.

Sabe-se que a maioria dos usuários de álcool e outras drogas tem o primeiro contato com essas substâncias durante a adolescência, e que existem fatores de risco e de proteção para o consumo de substâncias psicoativas (SHENKER e MINAYO, 2005). A boa inserção no ambiente escolar é um fator de proteção. A escola, dessa forma, assume papel importante na formação integral do indivíduo. No entanto, estudo qualitativo realizado em São Paulo (SP) evidencia, no discurso de professores, escasso conhecimento sobre efeitos de álcool e outras drogas e insegurança em protagonizar estratégias de prevenção (FERREIRA, 2010). Outros estudos sobre a prática nas escolas brasileiras mostram que as formas de abordar o assunto “drogas”, geralmente é decidida pela direção, eventualmente até mesmo por instituições como a polícia militar, sem participação ativa dos professores nas decisões sobre o formato do projeto de prevenção, postura que vai contra a preconização do Ministério da Saúde, na “cartilha do educador”, que orienta aos professores, como profissionais mais próximos dos adolescentes, e de sua realidade, a protagonizarem tais atividades de prevenção, pois estariam aptos a propor uma linguagem mais acessível e capaz de despertar interesse dos alunos. Porém, é comum observar professores aproveitando o tempo das palestras e “atividades especiais” de prevenção para adiantar correção de provas ou preenchimento de notas.

Estudo realizado no Rio de Janeiro, como uso do “jogo da onda” para discutir assuntos como drogas e a prevenção de DST-AIDS, sugere a maior adequação de atividades, lúdicas, competitivas e dinâmicas para a abordagem de adolescentes (MONTEIRO e cols, 2003). Tratam-se de estratégias bem diferentes das tradicionais palestras que tão pouco eco fazem aos seus ouvintes. Ainda no que tange às palestras, se não puderem ser evitadas, segundo a orientação da “cartilha do educador”, devem ter seu assunto trabalhado e discutido em sala de aula antes da apresentação (CARLINI, 2010). O uso do lúdico como estratégia para desencadear questionamentos e reflexão mostra-se como saída promissora. A interatividade entre educandos e educadores deve ser estimulada. Campanhas publicitárias e midiáticas do tipo “*diga não às drogas*” são ineficazes para adolescentes, distantes de sua linguagem.

Observa-se, atualmente, no Brasil, o início cada vez mais precoce do consumo de substâncias psicoativas (IBGE,2013). Sabe-se que o consumo de álcool e outras drogas durante a adolescência está associado a maiores danos psíquicos e cognitivos, além da relação estabelecida entre o uso de maconha na adolescência e comportamento de risco, como envolvimento em acidentes e relações sexuais desprotegidas.

Estudo realizado em Aracaju, capital do Estado de Sergipe, que avaliou o consumo de substância

psicoativas entre estudantes do Ensino Médio de escolas públicas, mostrou que 92% desses estudantes faz uso crônico de substâncias psicoativas, com predomínio das lícitas (álcool e tabaco). Entre as drogas ilícitas, a mais usada foi a maconha, seguida pela cocaína inalada, *crack*, solventes, anorexígenos (SANTOS e cols, 2008). Tais números não foram muito diferentes dos do restante do país, exceto pelos solventes, menos usados na região do estudo. Tais dados tornam compreensível a preconização do Ministério da Saúde, de que educadores tenham informação básica sobre álcool e outras drogas, para auxiliar seus alunos no que tange à prevenção e ao cuidado com o já usuário de drogas.

A Organização Mundial de Saúde define a frequência do consumo de substâncias em 5 estágios: uso uma vez na vida, uso no ano (nos 12 meses anteriores), uso no mês (nos 30 dias anteriores), uso frequente (6 ou mais vezes nos últimos 30 dias) e uso pesado (mais de 20 vezes nos últimos 30 dias) (PRATTA e SANTOS, 2006). Além disso, existe uma classificação de padrão de consumo entre uso recreacional, a princípio sem repercussões na vida do indivíduo, uso nocivo, ou abuso, quando já se identificam problemas relacionados ao uso da substância e dependência, quando a droga assume a centralidade da vida do indivíduo. Dessa forma, observa-se que há enormes discrepâncias entre usuários de drogas. Há que se ressaltar que se tratam de pessoas diferentes entre si, com contextos que devem ser valorizados. Cabe ao educador moderno está atento a essas nuances e capacitado para trabalhar sugestões relevantes, atuando de forma integral junto aos educandos.

### **Observações Finais.**

A imagem projetada sobre os jovens, que possuem uma realidade periférica e diferenciada do contexto da metrópole, é marcada permanentemente por um potencial perigo que é configurado pelo uso abusivo no consumo de drogas. As políticas sociais voltadas para esse campo sócio-ocupacional – a Educação no stricto sensu – são direcionadas muito mais para as refrações mais fenomênicas e pontuais que para suas reais demandas de inserção na vida societária. A repercussão pela mídia, muito mais acelerada em relação aos eventos ocorridos no centro da cidade, produz uma imagem do usuário de drogas, como aquele que foi produto de um fracasso escolar (e de seus trabalhadores) e não de uma política setorial que não possui caracteres intersetoriais com as demais políticas como a Saúde e a Assistência Social. Tal estudo tem a pretensão de observar e verificar até que ponto tais políticas contribuem para este fenômeno já descrito. O desafio maior deste estudo preliminar é não somente levantar a importância da centralidade da política educacional, mas das dificuldades elencadas pelos trabalhadores da educação quanto a falta de capacitação ao trato do uso abusivo de drogas observadas pelos seus discentes.

As políticas de Estado produzem territórios, como produzem além de antagonismos sociais, também produz impactos na vida destes sujeitos. Esses territórios, marcados pela falta de recursos e equipamentos coletivos, pela precariedade, espaços de drogadição, ou mesmo falta, do transporte público, pelo ambiente construído degradado, os marca de forma sensível em suas poucas possibilidades de acesso aos bens da cultura e da cidadania, criando um circuito de homogeneidade, e ao trabalho, condenando-os a uma experiência de fracasso individual e coletivo, menos valia e invisibilidade social. A falta da intersetorialidade é a marca das políticas pontuais dos Estados periféricos como o Brasil, e a Educação, como outras políticas, está solitária no cumprimento de tais demandas.

### **Referências**

AZEVEDO, F. 199. *As origens das instituições escolares*. In: **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4ª. Ed. Melhoramentos; p. 545-601.

CANOLETTI, B; SOARES BC. **Programas de prevenção ao consumo de drogas no Brasil: uma análise da produção científica de 1991 a 2001**. Interface. Comunic. Saúde, Educ. Vol. 9 . N 16. Pg

115-129. Set. 2004-Fev. 2005.

CARLINI, B.H. **Drogas: Cartilha para Educadores**. Brasília. Presidência da República. Secretaria nacional de políticas sobre drogas, 2010.

CARVALHO, M. M. C. de. 1998. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista- SP, EDUSF.

FERREIRA, TCD e cols. **Percepções e atitudes de professores de escolas públicas e privadas perante o tema drogas**. Comunic. Saúde, Educ. vol 14 n 34. Pg 551-62. Jul.-Set. 2010.

GARCIA, M.H. 2013. *O objeto, o instrumento, o Serviço Social e o Estado burguês: o vínculo da profissão com as políticas sociais e a 'questão social'*. In: **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju -SE, V.1: Nº2;p. 21-32, fev.

IAMAMOTO, M. V. 1997. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Cortez Ed. 4ª ed. São Paulo.

\_\_\_\_\_ ; CARVALHO, R. 1998. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12ª ed. Cortez Editora: CELATS.

IBGE, 2012. **PeNSE 2012**. Disponível em <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticiasview=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2405>. Acessado em 17-07-2013

MONTAÑO, C. 2008. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese e sua especificidade**. 2ª ed. Cortez editora: São Paulo.

MONTEIRO, S., S. e cols. **Educação, prevenção e drogas: Resultados da avaliação de um jogo educativo**. Educ. soc. Campinas. Vol. 24, n 83. Pg. 658-679. Campinas. Agosto, 2003.

NASCIMENTO, J. C.; e OLIVEIRA, L. E. 2013. **Notas de Aulas da disciplina Educação Brasileira**. Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe.

OLIVEIRA, O. **Um desafio ao respeito e à tolerância: reflexões sobre o campo religioso daimista na atualidade**. Religião e sociedade. 31 (2). 154-178. Rio de Janeiro. 2012.

OLIVEIRA, L. E., et al. *A legislação pombalina e a história do ensino das línguas no Brasil*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). 2010. **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757– 1827)** – Maceió: EDUFAL, 339p.

PRATTA, E. M M.; SANTOS, M., A. **Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico**. Estudos sobre Psicologia 11 (3), 315-322. São Paulo. 2006.

SANTOS, A. M. B. e cols. **Uso de drogas por estudantes do Ensino Médio de Aracaju- SE**. Revista Espaço para Saúde. Vol. 10, n 1. Pg 47-52. Dez. 2008. Londrina.

SAVIANI, D. 1997. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 31 ed., Campinas: Autores Associados.

SHENKER, M. MINAYO, M. C. S. 2005. **Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência.** Cienc. Saúde coletiva. Vol.10, n 3. Rio de Janeiro.

TAVARES, B.F. BÉRIA J.U., LIMA, M. S.2005 **Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes.** Revista. Saúde pública. 35 (2). 150-158. São Paulo.

---

[1] Graduada em Medicina pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Psiquiatra pela Residência Médica do Hospital Juliano Moreira-SESAB e Infectologista pela Residência Médica do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde e Ambiente pela Universidade Tiradentes-SE (marissol.psiquiatria@gmail.com ).

[2] Professor Drº do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Saúde e Ambiente/Universidade Tiradentes -SE e Coordenador da Graduação de Medicina da mesma instituição de ensino superior (franciscopradoreis@gmail.com ).

[3] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, químico licenciado pela Faculdade Pio Décimo – SE. Mestrando do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe (magister.ssocial@gmail.com ).

---

[1] A Legislação pombalina como conjunto de peças legislativas que foram materializadas no Reinado de D. José I, em uma tentativa de buscar a modernização “absolutista” em Portugal. As mesmas legislações são a favor de um projeto civilizatório para os indígenas sob a ‘Língua do Príncipe’ (p.55).

[2] O Sistema “S” constituiu-se em duas entidades: SESI (Serviço Social da Indústria) e SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Políticas de assistência auxiliando a educação profissional continuada dos trabalhadores. Tendo seu projeto-piloto junto com a extinta LBA (Legião Brasileira de Assistência) em 1942, sedimentando sua fundação em 1946.

[3] Como violência doméstica, bullying, tráfico de drogas, uso abusivo de álcool, tabagismo, outras faces da vulnerabilidade socioeconômica.

[4] No caso deste estudo: serviços de proteção básica como CRAS e CREAS e serviços de saúde mental como CAPS iA e CAPS AD.